

DEMOCRACIA E TECNOLOGIA

Daniel Nascimento e Silva, PhD

Presidente da Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa, Extensão e Interiorização do IFAM

Grande parte da população brasileira, incluindo aí os considerados letrados, imagina que Democracia se resume a eleger políticos para ocupar algum cargo. Esse tipo de pensamento equivale Democracia a Voto. A convivência com políticos de vários estados brasileiros também apontaram essa mesma interpretação equivocada nessa classe que “dirige” o País. A falta de um espaço público que permita o exercício efetivo da Democracia levou à ignorância completa deste fenômeno e, mais do que isso, tem impedido que sejam criadas formas reais do exercício democrático. Este artigo tem como objetivo mostrar que as tecnologias hoje existentes permitem ao Brasil aperfeiçoar seu sistema democrático ao envolver seus cidadãos nas grandes decisões de Governo.

A Democracia, apesar de difícil definição, pode ser sintetizada como a forma de governo em que as decisões são tomadas pelo povo. O que é preciso que todos compreendam é justamente o significado mágico dessa palavra “decisão”. Sem a compreensão e o exercício efetivo da decisão não há democracia. O que está acontecendo hoje no Brasil é que o Congresso (câmara de deputados e os senadores) e a Presidência da República tomam decisões como se não tivessem a quem prestar contas, como se fossem os donos do País. Isso, decisivamente, não é democracia!

Algumas decisões, como é o caso da síndrome das bolsas criadas nos anos 1990, até que são aceitáveis, mas outras são repugnantes, como é o caso da decisão de não investir pelo menos 30% do PIB em educação como fizeram os países hoje considerados desenvolvidos, como a Coréia. O que não é percebido por quase toda a população (incluindo os políticos) é que a tragédia dos hospitais públicos brasileiros, a vergonhosa situação do ensino nacional e a inacreditável inexistência de malha ferroviária para a circulação de nossas riquezas são frutos de decisões: se eu NÃO faço isso, esse não fazer é resultante de um processo de escolha, que prioriza fazer outras coisas em detrimento disso.

Democracia, efetivamente, não é isso. Democracia é encontrar meios legais de o povo decidir, principalmente as decisões mais difíceis, porque, em última instância, é o povo que vai arcar com as consequências, especialmente os mais pobres. Assim, por exemplo, é o

povo que tem que decidir onde aplicar a maior parte dos recursos públicos, quantos funcionários o governo pode ter, se mantém ou não as câmaras de vereadores e assim por diante. Quando o povo apenas elege políticos e depois não pode fazer mais nada, pode-se chamar de tudo, até de governo ditatorial, como é o caso brasileiro, em que grandes decisões são tomadas deliberadamente contra toda a população. Democracia é, portanto, decisão. Quando menos se decide, menor a democracia.

Se o problema é este, encontrar uma forma de permitir que a maioria participe não apenas da escolha dos políticos que vão governar, mas essencialmente da fiscalização com poderes para retirar os políticos eleitos e reverter decisões, a tecnologia é nossa grande aliada. É possível permitir que a população participe de cada decisão nos parlamentos e no executivo, assim como em suas subunidades (ministérios) tanto através das redes sociais quanto via softwares específicos de relacionamentos. É assim que organizações cujas carteiras de clientes e fornecedores são superiores a população de países sabem com precisão o que seus clientes querem e como desejam cada produto ou serviço! Tecnologias similares podem ser utilizadas pelo governo.

O povo precisa saber o que é decidido em seu nome. Político tem, então, que prestar conta, não apenas durante as eleições, mas toda vez que tomar decisão que cause impacto negativo para toda a população. Aumento de salário das câmaras de vereadores, por exemplo, não pode ser decidido pelos próprios vereadores, nem como a tomada de empréstimo acima de determinado valor por parte do executivo. Essas decisões são gravíssimas no que seus resultados podem acarretar à população. Por isso não podem ser tomadas pelos políticos sozinhos.

Outra forma de participação democrática é a reversão das decisões prejudiciais ao povo. Na maioria das vezes elege-se um político com uma intenção, uma esperança, e, eleito, age de forma diferente, contrariando traiçoeiramente os interesses do povo. Como o poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido, ou o político faz o que o povo quer ou o povo tem que ter o poder de retirar o político do cargo para o qual foi eleito. Isso é democracia: ter o poder, poder decidir. Não dá mais para aceitar ter que esperar quatro ou mais anos para retirar um indivíduo que cinicamente usa o mandato para outros fins.

Há políticos que utilizam com adequação as tecnologias atuais para conduzir seus mandatos. Utilizam as redes sociais e softwares específicos de relacionamentos políticos para agir em

conformidade com os interesses públicos, inclusive com prestação de contas semanais sobre o que fez, como votou, as dificuldades que encontrou e diversas outras situações que, orientados pelo povo, superam as adversidades.

Como só há executivo e legislativo porque o número de cidadãos é muito grande, já é hora de começar a reduzir o número de políticos eleitos para, paulatinamente, serem substituídos pela ação direta dos cidadãos. Há 1.000 anos esse sistema de eleger representantes poderia ser bastante eficiente, mas hoje é anacrônico, ultrapassado, indecente e impedor que o povo exerça efetivamente o seu poder. Com as tecnologias, o povo pode chegar ao poder e fazer valer suas decisões com sabedoria e amor.